

**Três teses sobre a Economia Doméstica no Brasil:
Elementos para uma interpretação histórica (1952-2020)**

*Three theses about Home Economics in Brazil:
Elements for a historical interpretation (1952-2020)*

José Carlos Junior¹

Resumo

Este estudo apresenta uma análise das três teses prevalentes nos trabalhos acadêmicos sobre a Economia Doméstica no Brasil, área de formação técnica e superior de origem estadunidense. Apresentando cada uma delas – a da centralidade da categoria gênero, a político-instrumental e a histórico-crítica – demonstra-se como as leituras históricas sobre a gênese e extinção do projeto educativo da Economia Doméstica são substancialmente alteradas em função dos seus elementos centrais. Nessa perspectiva, entende-se que a terceira tese avança na construção de uma abordagem histórica que resolve algumas das lacunas apresentadas, englobando as dimensões educativas da trajetória da Economia Doméstica nos EUA e no Brasil.

Palavras-chave: Economia Doméstica; Educação; Historiografia.

Abstract

This study shows an analysis of the three prevalent theses in academic work on Home Economics in Brazil, area of technical and higher education of American origin. Presenting each of them – the centrality of the gender category, the political-instrumental and the historical-critical – it demonstrates how the historical readings on the genesis and extinction of the educational project of Home Economics are substantially altered according to its central elements. In this perspective, it is understood that the third thesis advances in the construction of a historical approach that solves some of the gaps presented, encompassing the educational dimensions of the trajectory of Home Economics in the USA and Brazil.

Keywords: Home Economics; Education; Historiography.

Introdução

A Economia Doméstica foi uma área de conhecimento, formação e atuação profissional que surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) em meados do século XIX, posteriormente sendo difundida para vários países, incluindo o Brasil. Sua origem remonta aos desdobramentos do capitalismo tardio que, conforme demonstra Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b), encontrou no “longo século XIX” um cenário propício para modificações de

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Mestre em Economia Doméstica (UFV). Especialista em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça (UFOP). Economista Doméstico, Assistente Social e Historiador. E-mail: jcamaral1987@gmail.com

Recebido em 14 de setembro de 2020. Aprovado em 05 de outubro de 2020.

diversas ordens que iriam incidir sobre os modos de vida, a ciência, a organização da vida privada e as relações político-ideológicas.

Embora tenha sido difundida no Brasil já no início do século XX, em formatos diversos, sua introdução efetiva e sua popularização ocorreu apenas mais tarde, em decorrência de dois acontecimentos marcantes: As Reformas Educacionais promovidas por Gustavo Capanema na década de 1940; e a implantação da extensão rural, uma Política de Estado que data de 1948. A partir daí, efetivou-se tanto por meio de cursos de nível superior quanto em nível técnico, secundário e integrando às grades do ensino regular fundamental.

A popularização da Economia Doméstica no Brasil aconteceu no período pós-II Guerra com a intensificação da aproximação dos EUA com os países periféricos, buscando tanto difundir o *American Way Of Life* para reproduzir a lógica pujante do capital quanto controlar o avanço do bloco comunista, que seria a marca dessa aproximação ideológica no contexto da Guerra Fria. Demarca também um momento de forte ruptura interna nas relações político-econômicas nacionais, em que as elites agrárias se viram enfraquecidas economicamente com a exaustão do “ciclo do café” e com o êxodo rural que se acentuava.

O modelo de Economia Doméstica *à brasileira*, portanto, teria seus elementos fundantes naquele praticado e amplamente difundido nos EUA, embora tenha apresentado contornos peculiares. Seus desdobramentos seriam de variadas ordens sobretudo porque, embora o ensino superior já não fosse novidade no país na década de 1950, a popularização tanto das carreiras quanto dos cursos de Economia Doméstica representou uma possibilidade de inserção feminina nas instituições formais de ensino, visto que se apresentou como possibilidade profícua de difusão de distintas modalidades de ensino pensadas especificamente para as mulheres. Além disso, a Economia Doméstica teria, no Brasil, uma considerável “sobrevivência”, tendo sido oficialmente extinta apenas no ano de 2016 – ainda assim com Programas de Pós-Graduação ativos² e profissionais formados exercendo a profissão no mercado de trabalho atual.

Apesar da grande importância nos anos 1950 e da extinção relativamente recente, os estudos sobre a trajetória da Economia Doméstica no Brasil são escassos. Um número bastante reduzido de trabalhos, dos quais a maior parte versa sobre instituições específicas e não considerando o ensino de Economia Doméstica como um todo, podem ser encontrados. No entanto, pelas escolhas metodológicas e recortes operados na construção desses estudos,

² Há dois programas ativos no Brasil: um a nível de mestrado na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e um nos níveis mestrado e doutorado na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

eles tendem a teses diferentes – ora divergentes – sobre a Economia Doméstica, em sua gênese.

Dessa maneira, este trabalho busca apresentar uma análise acerca das três principais teses sobre a gênese da Economia Doméstica no Brasil, demonstrando os desdobramentos delas decorrentes para a compreensão histórica do surgimento da área/campo de formação e atuação no contexto mundial. O pressuposto central que conduziu a análise foi o de que, segundo as diferenças de interpretação histórica dessa gênese, cada uma das teses vai corroborar com construções diferenciadas de explicações sobre o real papel da Economia Doméstica no Brasil e os fenômenos históricos em que esteve envolvida. Pois, nas palavras de Hobsbawm (2013), “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo” (p.317).

Para realizar esse movimento, foram analisados os principais trabalhos que se debruçam sobre a Economia Doméstica no Brasil, buscando apreender neles as contingências históricas a partir das quais estruturam suas interpretações. Além disso, foram consultadas fontes históricas que marcam a trajetória da Economia Doméstica nos EUA, como o livro *A Treatise On Domestic Economy*, de Catherine Beecher (1841), *An Ideal Kitchen* e *Young Housekeeper*, de Maria Parloa (1887; 1894) e *The Cost Of Shelter* e *Euthenics*, de Ellen Richards (1905; 1912). De forma complementar, o acervo disponibilizado pelo projeto *Home Economics Archive: Research and Tradition* (HEART), da *Cornell University*, subsidiou as análises servindo como referência por agrupar um elevado número de arquivos sobre a trajetória estadunidense da Economia Doméstica. As teses analisadas foram, portanto, confrontadas à luz desses documentos, buscando apreender as possibilidades e limitações que delas emergem.

Três teses sobre a Economia Doméstica no Brasil: uma proposta de análise

Em um primeiro momento, a ideia geral era demonstrar como a Economia Doméstica frequentemente era abordada nos trabalhos brasileiros com escassas conexões ao modelo e à trajetória de sua análoga estadunidense. Compreendendo os problemas de análise histórica que disso decorriam, ou seja, o objetivo inicial do trabalho era demonstrar como a ausência de conexões do modelo brasileiro com seu precursor estadunidense implicava em interpretações históricas fragmentadas.

Nesse movimento, quatro trabalhos podem ser considerados de maior profundidade sobre a temática no Brasil: A tese de Maria de Fátima Lopes, publicada em 1995; a

dissertação de Camila Fernandes Pinheiro, publicada em 2016; a tese de Fábio Luiz Rigueira Simão, também publicada em 2016 e os trabalhos de José Carlos do Amaral Junior, publicados entre 2013 e 2020. Há outras publicações que podem ser encontradas que têm a Economia Doméstica como objeto, mas geralmente elas podem ser classificadas em dois grandes grupos: Aquelas que descrevem elementos históricos de instituições específicas, caso que pode ser visto em Almeida e Farias (2008), Ferreira (2013), Ferreira e Neto (2013), Magalhães e Guedes (2009) e Oliveira e Neto (2015); e aquelas cujas proposições são desdobramentos mais genéricos de um ou mais dos trabalhos anteriormente citados, caso de Oliveira (2006) e Ratto (1994).

O trabalho de Lopes (1995) é, sem dúvida, o primeiro marco entre aqueles que buscaram fazer análises mais densas sobre a Economia Doméstica no Brasil, procurando demonstrar como o curso superior da área foi implementado na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV) com a marca incisiva da divisão sexual do trabalho. Sua tese, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ligado ao Museu Nacional – abriu uma gama de debates acerca da construção de gênero que, historicamente, envolveu e marcou a trajetória da Economia Doméstica no país. Lopes (1995) marcou a institucionalização de uma ruptura da tradição de discussão endógena, pouco reverberada até então em publicações acadêmicas e muito reclusa aos colegiados dos referidos departamentos que ofertavam a graduação em Economia Doméstica no Brasil. Tendo trajetória de formação na Economia Doméstica – com graduação e mestrado na área – a autora demarcou um debate interno de intensidade que se exteriorizou em seu projeto de doutorado.

Tanto a dissertação de Camila Pinheiro (2016) quanto o trabalho de Fábio Simão (2016), por sua vez, são produtos de um mesmo contexto socioeconômico e cultural. Ao que parece, os estudos sobre a Economia Doméstica tiveram relativa efervescência a partir da segunda década dos anos 2000, fortemente influenciados pelo crescente interesse na história da educação, sobretudo na retomada de uma “abordagem micro” da história e de construções de memórias institucionais. Aqui, importante destacar, a marca é exógena – são profissionais da educação e da história que passam a se debruçar sobre esse objeto de pesquisa. A maior parte dos trabalhos que citamos anteriormente se encaixam nesse grupo, com relativa concentração de historiadores na condução dos debates – caso tanto de Pinheiro como de Simão.

Em paralelo, com um primeiro trabalho publicado no ano de 2013, Amaral Junior (2013; 2016; 2017; 2019; 2020) desenvolveu uma linha de debate que – também sendo Economista Doméstico – buscava operar essa aproximação por uma via endógena que pudesse responder aos questionamentos diversos que a área passou a enfrentar a partir dos anos 2000 – eventos que coadunaram com a sua extinção em 2016. Focado no debate acerca das pressões sociais para reformulação da proposta da Economia Doméstica no ensino superior, tentou apreender essas contingências históricas para responder anseios urgentes.

Esses quatro autores, no entanto, apresentam aproximações e distanciamentos em alguns pontos relevantes. A análise minuciosa de suas ideias demonstrou que deles pode se apreender três teses substancialmente diferentes sobre a gênese da Economia Doméstica enquanto projeto educativo. As diferenças estão localizadas nas seguintes dimensões: A relação com a totalidade histórica, incluindo-se aí as relações estabelecidas com a gênese estadunidense e com a economia política; a dimensão metodológica da análise; a leitura ideológica do projeto preconizado pela Economia Doméstica e o entendimento das contradições no interior do fenômeno. As diferenças observadas em cada uma dessas dimensões vai rebater, conseqüentemente, nas análises e interpretações que se formula sobre o fenômeno – como por exemplo, a busca pela explicação do processo de extinção dos cursos superiores da área, ou seja, impactam nas leituras de possibilidades e desdobramentos de fenômenos recentes que envolvem a Economia Doméstica no país, considerando-se sempre que

o passado não pode ser entendido exclusiva ou primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um processo histórico, mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e o passado (HOBSEBAWM, 2013, p.223).

A partir desse movimento analítico, as três teses apreendidas foram: (I) A tese da centralidade da categoria gênero; (II) A tese político-instrumental e (III) A tese histórico-crítica. Metodologicamente, optamos por apresentá-las de forma separada, seguindo um recorte mais ou menos cronológico em que as teses foram construídas. No entanto, é importante ressaltar que elas não estão dispostas de forma hierarquizada, embora de forma inevitável tenham se constituído amplamente com base nos limites e avanços identificados entre si. Apresentaremos os elementos de cada uma delas a seguir.

A tese da centralidade da categoria gênero

Entendemos que, tanto o trabalho de Lopes (1995) como aquele apresentado por Simão (2016) são expoentes dessa tese. Para ambos, a trajetória histórica da Economia Doméstica se explica com base na categoria analítica de gênero, estando, portanto, ancorada nas construções sociais de masculino e feminino.

Lopes apresenta o trabalho mais denso nesse sentido, imputando ao lugar socialmente atribuído à mulher a origem do campo que gestaria a Economia Doméstica nos EUA. Voltando seu olhar especificamente para a institucionalização de um saber historicamente ligado ao senso comum e às tradições, a autora destaca que

a inclusão das Ciências Domésticas – que correspondem ao feminino por excelência – na Universidade Rural – que era um espaço masculino por excelência – transforma esse espaço em um contexto exemplar para demonstração da construção de gênero e para pensar a divisão do mundo entre masculino e o feminino (LOPES, 1995, p.3).

Para a autora, está centralizada a questão de gênero enquanto legitimando a profissão e um nicho exclusivamente feminino de educação. Daí a ênfase metodológica tenha recaído grandemente sobre os aspectos subjetivos – como, por exemplo, a análise dos embates materializados no folhetim “A Paineira”, que dá título à tese – orbitando a análise das representações sociais. O campo, a partir do qual o trabalho é desenvolvido, – a Antropologia Social – resulta na abordagem culturalista da autora, para a qual a Economia Doméstica é uma das formas institucionalizadas da divisão de gênero que pauta a sociedade.

Apesar do recorte dado, alguns elementos da totalidade estão expressos no trabalho de Lopes (1995) em detrimento de outros. É bem circunscrito o contexto político de aproximação com os EUA, as diferenças entre a Economia Doméstica estadunidense do século XIX e XX e a importância da extensão rural. Metodologicamente, no entanto, essa abordagem da totalidade está inteiramente filtrada pela mediação da categoria cultura, cara à antropologia. Assim, com a categoria de gênero explicando os fenômenos tangenciais de uma Economia Doméstica em crise – importante destacar que a autora escreve no contexto dos anos 1990, em que a área sofria considerável decréscimo no Brasil – as implicações ideológicas direcionam o trabalho para um paradoxo sem possibilidade de respostas. Nas conclusões, a autora questiona como a área pode ter mantido o “doméstico” em detrimento de sua intensa crítica como sinônimo de “mulher”, e ainda assim permanecido como um campo estritamente feminino. Além disso, perde de vista a processualidade da Economia Doméstica em crise e de constituição de um projeto pedagógico obsoleto ao dar primazia às

trajetórias individuais das “pioneiras” brasileiras – que longe de revelarem as contradições materiais da área de formação, rebatem a análise da autora para aspectos micro, como o casamento, a ascensão individual dessas mulheres e a vida acadêmica.

Disso resulta que, mesmo percebendo a intencionalidade da Economia Doméstica em outras dimensões ideológicas – como a quebra das tradições, a normatização dos espaços domésticos e a difusão do consumismo – a autora tenha atribuído peso maior ao caráter naturalizante que a área exerceu sobre o que era ser mulher e aos desdobramentos pessoais que promoveu nas trajetórias das professoras e estudantes.

De forma semelhante, embora em outros termos, Simão (2016) parece desdobrar seu trabalho em torno de uma continuidade dos elementos apresentados na tese de Lopes (1995). O autor busca demonstrar como a constituição da Escola Superior de Ciências Domésticas, na ESAV, auxilia a compreender a categoria de domesticidade e as representações de gênero que dela emergem. Assim, assume missão parecida com a da autora anterior na descrição de como a Economia Doméstica brasileira foi construída à imagem e semelhança de seu modelo estadunidense, pautada em uma visão socialmente construída de lugar naturalizado das mulheres e no doméstico como seu *locus* vocacional.

Dando ainda maior centralidade às questões de ordem subjetiva, metodologicamente, o autor desliza para o destaque do Padre Mendes enquanto figura de peso na implantação do “modelo experimental” de Escola Doméstica na ESAV – primeiro desse tipo no Brasil. Dessa maneira, se desloca para a constituição de uma “memória institucional” baseada em vestígios e fontes que, note-se pelos demais trabalhos, sempre figurou lugar pouco importante tanto na discussão acadêmica quanto na construção da memória da categoria³. A construção em torno da memória também aparece de forma problemática na segunda parte do trabalho, em que o autor deduz, a partir dos depoimentos orais coletados com as “pioneiras” na implantação do projeto brasileiro, que os anos 1980 e 1990 foram de intensa “efervescência acadêmica”. Segundo o autor, isso significou um avanço na direção da Economia Doméstica conseguir a legitimação científica pretendida desde seus primórdios estadunidenses, ou seja, uma perspectiva otimista dos problemas enfrentados pela área no fim do século XX. Escapa ao autor dois elementos da totalidade que, embora estejam implícitos em outros pontos do trabalho, se esvaíram das suas conclusões: o fato da Economia Doméstica estar em profunda crise e extinção nos EUA exatamente ao mesmo

³ Como apresentado em Amaral Junior (2017).

tempo em que era trazida ao Brasil; e a realidade do momento de escrita da tese que apontava, mais do que para um projeto de sucesso acadêmico, que a área lograva pouco êxito em se manter relevante e socialmente legitimada dentro dos moldes acadêmicos-científicos brasileiros.

A escolha metodológica do autor, além de promover memórias de um estrato específico da categoria como representantes do todo – visto que ele apenas entrevistou professoras dos cursos superiores, ou seja, mulheres que podem ser consideradas de grande sucesso dentre as demais Economistas Domésticas, não é suficiente para explicar as contradições que acompanharam a Economia Doméstica desde sua implantação como, por exemplo, a baixa capacidade de extirpar-se dos conteúdos “originais” de seu currículo e a inexpressiva modificação nos papéis de gênero que sempre buscou delimitar. Eventos que, considerando-se as mudanças defendidas pelo autor nas décadas de 1980 e 1990, deveriam ter ocorrido em algum grau. Ao que parece, Simão (2016) sucumbe às armadilhas da memória, uma vez que

hoje a maior parte da história oral é memória pessoal, um meio notadamente escorregadio de se preservar fatos. A questão é que a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável (HOBBSAWM, 2013, p.287).

Não é de se admirar, portanto, que Simão (2016) tenha sofrido o influxo de certo saudosismo das pioneiras entrevistadas, sobretudo no cenário tensionado de iminente extinção da Economia Doméstica no Brasil à época de construção do seu trabalho.

Em outro ponto, se a extensão rural aparece, para Lopes (2015) quase como uma mediação para um projeto de institucionalização das construções de gênero, para Simão (2016) ela mal figura uma posição instrumental. Esse autor apresenta a extensão rural à reboque de todo o processo da Economia Doméstica, em uma perspectiva quase funcionalista segundo a qual essa área apenas “se apresentou” ao chamado de intervenção dessa política de Estado.

Os problemas metodológicos e analíticos apresentados por Simão (2016) resultam em conclusões mais problemáticas do que as encontradas em Lopes (1995). Toda a análise construída pelo autor, centrada fortemente nas representações entre masculino e feminino e a respectiva inferioridade que dessa relação decorre, consolida um viés romântico e simplista sobre a trajetória do curso no Brasil. Explicando a extinção dos cursos superiores em Economia Doméstica, o autor expõe:

O paradoxo é notável: justo no momento em que passa pelo auge de sua consolidação e afirmação acadêmica e institucional – ganhando programas de

mestrado e o doutorado próprios e expandindo-se como referência nacional na área, coordenando o mais importante periódico brasileiro na área, a Revista OIKOS – o curso passa por um processo de esvaziamento de sua identidade e de seu reconhecimento, levando à decisão pelo seu encerramento por parte do próprio conselho departamental. Assim a primeira escola de ciências domésticas do Brasil e todas as suas conquistas caminhariam para o seu colapso. Ou, na visão de algumas, chegava enfim o ocaso de um tempo de opressão de um curso sério que carregava o estigma de uma nomenclatura cujo capital simbólico vinha repleto de inferioridade e inadequação ao universo de seu fito e atuação: o da ciência e da universidade (SIMÃO, 2016, p.260).

O trecho apresentado torna explícito as implicações que a centralidade da categoria gênero e o trato metodológico da memória como fonte sem as devidas considerações materializa: o estigma do doméstico como feminino teria sido suficiente para tornar incompatível a proposta com o campo da ciência – daí derivam as explicações desses autores para os fenômenos observados em torno da Economia Doméstica, como a busca pela regulamentação dos espaços ocupacionais, as alterações curriculares dos cursos ofertados e as intensas discussões de mudanças de nomenclatura. Mas é suficiente lembrar que outras áreas historicamente relacionadas com “vocações femininas” e que poderiam ser igualmente descritas como “institucionalizadas” a partir das construções de gênero, como o Serviço Social e a Nutrição, tiveram trajetórias institucionais e científicas relativamente diferentes (AMARAL JUNIOR; BARBOSA, 2016). Portanto, mais do que a carga de gênero que possam objetivar, importa também a relativa posição da proposta na divisão sócio técnica do trabalho, as relações com o Estado e as demandas concretas que cada campo é chamado a modificar.

Não é possível subtrair – e importante destacar com clareza – a importância desses trabalhos para a compreensão da Economia Doméstica, sobretudo ao se considerar a negligência histórica com estudos endógenos e que busquem a gênese desse campo disciplinar. As análises históricas a partir da categoria gênero, das quais os trabalhos de Lopes (1995) e Simão (2016) fazem parte, auxiliaram a demonstrar a importância de se compreender a Economia Doméstica nessa perspectiva crítica, trazendo ao centro do debate alguns dos elementos ideológicos que são importantes para se compreender seu surgimento e trajetória: Como a divisão sexual do trabalho, o vocacionalismo das atividades femininas e a “naturalização” do doméstico atribuído às mulheres. Mas, pela centralidade exclusiva nesses aspectos, escapa dessas leituras históricas tanto a apreensão dos elementos que tornam a Economia Doméstica parte de uma totalidade histórica, como daqueles que conseguem explicar suas particularidades.

A tese político-instrumental

Em um lugar diferente do espectro analítico, figuram aqueles trabalhos que buscam explicar o surgimento e a trajetória histórica da Economia Doméstica a partir de uma demanda de intervenção político-econômica, ou seja, posicionam o campo de intervenção no bojo das relações sociais que demandam dele determinadas ações. Entendemos que tanto as ideias de Pinheiro (2016) como aquelas plasmadas nos primeiros trabalhos de Amaral Junior (2013; 2014; 2016) são convergentes nesses aspectos.

Pinheiro (2016), investigando especificamente o período de implantação da extensão rural brasileira na década de 1950, analisa como a Economia Doméstica foi fortemente dependente dessa política de Estado para se popularizar no território nacional. A autora faz críticas à abordagem de Lopes (1995), pela sua ausência de elementos externos na explicação da gênese do curso no Brasil, e à perspectiva romantizada e apologética assumida por Simão (2016). Também aponta as limitações dos trabalhos de Amaral Junior (2013; 2014; 2016) dos quais era contemporâneo, revelando seu caráter endógeno e pouco articulado com a totalidade das relações sociais.

O elemento central trazido para a leitura histórica de Pinheiro (2016) está nos interesses político-econômicos de uma aproximação entre os EUA e os países periféricos no contexto imperialista pós-II Guerra. Nesse sentido, a autora demonstra como a Economia Doméstica foi viabilizada enquanto um projeto condizente com os interesses ideológicos da burguesia para difusão do *American Way of Life* naquele momento. A Economia Doméstica, portanto, funcionando quase como um componente moral que permitiria esse avanço do capital sobre o trabalho no campo, adquiriu importância ímpar no projeto extensionista que se preconizava (PINHEIRO, 2016). A autora, de forma bastante exitosa, conecta a crise da Economia Doméstica no Brasil justamente a partir de sua ruptura com a extensão rural, projeto político que sempre foi responsável por sua reprodução e legitimidade nacionalmente. No entanto, o próprio recorte temporal assumido no trabalho – a autora analisa o período 1948-1974 – limita os desdobramentos dessa análise. A dimensão dos impactos gerados por essa ruptura nas décadas que se sucederam os anos 1970 é devastadora, e o trabalho de Pinheiro (2016) não chega a promover essa reflexão, embora seja, na mesma medida que o de Simão (2016), contemporâneo ao fenômeno de extinção dos cursos de Economia Doméstica no país.

Os avanços demonstrados por Pinheiro (2016), tanto na abordagem da totalidade em relação à economia política quanto na definição da Economia Doméstica em relação ao contexto social de sua emergência e de seu declínio, pela mediação dos interesses políticos do capital, apresentam algumas lacunas.

A primeira diz respeito à gênese da Economia Doméstica estadunidense, que esbarra em uma leitura funcionalista ao atribuir a origem da área à “boa vontade e interesse” do grupo de mulheres que se reuniram na *Lake Placid Conferences* em 1901, sob o comando de Ellen Richards. Tanto Lopes (1995) quanto Simão (2016) já haviam indicado que a Economia Doméstica teve um longo período de gestação no século XIX iniciado pelo tratado “*A Treatise On Domestic Economy*” (1841) de Catherine Beecher, embora com as fragilidades analíticas de ambos os autores não terem consultado os trabalhos originais das “pioneiras” estadunidenses e deles apreendido as contingências histórias elementares. A Economia Doméstica para Pinheiro (2016), portanto, aparece como essa proposta consolidada por um movimento específico no início do século XX. No entanto, desconsidera que as ideias centrais que consolidariam a área já estavam mais ou menos presentes quase meio século antes, incluindo uma proposta de *Domestic Economy*⁴.

A segunda lacuna diz respeito aos desdobramentos ideológicos que a análise da autora proporciona. Sendo a Economia Doméstica uma forma instrumental de intervenção da burguesia em função de seus interesses, ela é esvaziada de seu caráter próprio institucional e, conseqüentemente, de elementos importantes de sua trajetória histórica pedagógica: A Economia Doméstica brasileira é construída no bojo do capitalismo monopolista no contexto do imperialismo estadunidense – o que bem destaca a autora. Mas como explicar sua forma amplamente difundida no capitalismo do início do século XX e aquela do capitalismo ainda em transformação intensa do século XIX? Se assumirmos a Economia Doméstica como um instrumento interventivo que surge no e em função do capitalismo mundial da década de 1950, como considerá-la relativamente “a mesma proposta” há quase um século de distância com tantas e expressivas modificações político-econômicas? É desse anacronismo que, embora menos explicitamente, a proposta de Pinheiro (2016) vai receber relativo refluxo.

Em outra posição dentro dessa tese estão os trabalhos de Amaral Junior (2013; 2014; 2016). Preocupando-se com o perceptível esgotamento dos cursos superiores de Economia

⁴ O termo inicialmente usado nos EUA, que se materializa na obra de Beecher (1841) e Parloa (1887; 1894) é *Domestic Economy*. No entanto, a partir das *Lake Placid Conferences*, no início do século XX, a área se popularizaria com a nomenclatura de *Home Economics*. Esse é o termo que aparece em Richards (1905; 1912) e se popularizou pelos demais países.

Doméstica à época, esses trabalhos representam os primeiros esforços de sistematização histórica para compreender a gênese da Economia Doméstica e, conseqüentemente, as origens dos problemas que estavam sendo vivenciados naquele cenário. Notadamente uma perspectiva influenciada pela categoria de gênero⁵, a perspectiva se desloca pelo enfrentamento de legitimidade da Economia Doméstica tanto no sistema de formação superior brasileiro quanto no mercado de trabalho. Dessa forma, encontra uma argumentação causal em torno da competição com outros cursos e carreiras – sobretudo aqueles que ainda são marcadamente “redutos femininos” – resultado da “superespecialização” das áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, uma dificuldade da área em conseguir políticas de privilégios em um sistema de formação e em um mercado profissional credencialista e protecionista por instrumentais legislativos (AMARAL JUNIOR, 2016). Essa linha de explicação do fenômeno é “herdeira” de um pensamento interno da categoria que, a partir do processo de federalização da antiga ESAV, começou a perceber negativamente o desdobramento da antiga Escola Superior de Ciências Domésticas em outros cursos superiores, como Pedagogia e Nutrição, conforme demonstra Ribeiro (2010).

Apesar do ineditismo em trazer ao debate a posição pouco privilegiada da Economia Doméstica na divisão sócio técnica do trabalho e dar os devidos méritos parciais à incapacidade da área de se livrar da construção de gênero que sempre reproduziu de uma ou outra maneira, a argumentação falha na relação com a totalidade, na condução metodológica e nos desdobramentos ideológicos que dela resultam. Primeiro, porque está esvaziado o contexto sócio-político de implementação da Economia Doméstica no Brasil – daí justifica-se uma ausência total da extensão rural nessa relação – e das suas formas precedentes nos EUA. Segundo, porque o método de análise se desloca ora pela descrição quase fenomenológica, ora pelo funcionalismo na análise das relações entre as instituições, infraestrutura e superestrutura, ideologia e dominação. E em terceiro, porque a conclusão ideológica possível a partir desse caminho de análise só poderia ser a “implosão” da Economia Doméstica: obsoleta, imutável e deslegitimada, só lhe restaria ruir. De fato, a explicação não é de todo equivocada, embora não explique a “sobrevivência” da Economia Doméstica de muitas décadas no Brasil, ainda que já estivesse em pleno declínio nos EUA desde os anos 1950.

⁵ Principalmente em Amaral Junior (2013).

O que é preciso demarcar, em ambos os autores, é que essas teses históricas sobre a Economia Doméstica vão se centrar ora em aspectos políticos - como uma forma de designar uma crítica à economia política –, ora em aspectos instrumentais. Isso não significa ignorar a categoria de gênero – que ambos os autores recorrem bem – mas apresentar uma estrutura de compreensão histórica da Economia Doméstica que relacione mais com a totalidade, que considere outro método de investigação, que contemple a dimensão ideológica e as contradições do fenômeno. Ainda assim, as lacunas deixadas pelos autores não dão conta de explicitar as contingências históricas de alguns elementos que envolvem a trajetória da Economia Doméstica no Brasil. A partir daí, compreende-se emergir uma terceira via de apreensão do fenômeno.

A tese histórico-crítica

A tese histórico-crítica se desdobra a partir do aprofundamento dos elementos trazidos por aquela que classificamos como político-instrumental, com o diferencial de buscar superar as limitações de ordem teórico-metodológicas postas. Isso significa que nessa perspectiva se busca uma compreensão da Economia Doméstica enquanto uma instituição pedagógica, vinculada a determinado sistema ideológico, cujas formas históricas variaram consideravelmente em mais de um século e meio de existência. O método de apreensão do fenômeno, nesse caso, é o materialismo histórico-dialético.

Segundo categorias analíticas para o fenômeno educativo apresentadas por Cury (1989), em Amaral Junior (2020) está apresentada uma outra proposta de entendimento da gênese e trajetória da Economia Doméstica no Brasil e nos EUA. Nessa abordagem, a Economia Doméstica passa a ser entendida como uma instituição pedagógica que emergiu em meados do século XIX, a partir de um conjunto bastante difuso e não formal de ideias sistematizadas acerca do ambiente e cotidiano doméstico. Segundo Cury (1989) as instituições pedagógicas “são organizações elaboradoras e difusoras de concepções de mundo, por meio das idéias (sic) pedagógicas” (p.94). Essas instituições podem se realizar por meio da educação formal, ou seja, aquela legitimada e institucionalizada pelo Estado, ou por vias não formais ou informais, variando desde organizações e coletivos mais ou menos organizados até formas mais difusas dispersas na cotidianidade (*Op. cit.*).

A primeira divergência que essa leitura da Economia Doméstica parece representar reside no fato de sua gênese ser substancialmente alterada e, salvaguardando a importância

que o grupo de mulheres das *Lake Placid Conferences* teve no início do século XX em popularizar e reestruturar a proposta de *Home Economics*, demonstra que importantes alterações históricas ocorreram nessa instituição. Recorrendo aos marcos documentais clássicos – como as obras de Catherine Beecher (1841), Miss Parloa (1887; 1894) e Ellen Richards (1905; 1912) – é possível apreender que enquanto instituição pedagógica a Economia Doméstica que emergiu no século XIX era substancialmente diferente daquela do início do século XX (AMARAL JUNIOR, 2020). As principais diferenças – como, por exemplo, o caráter mais valorativo, moralista, cristão e liberal daquela praticada no século XIX em detrimento da proposta de caráter mais técnico, normatizador, higienista e científico do século XX – demonstram um emparelhamento da Economia Doméstica com as constantes mudanças político-econômicas e sociais ocorridas (*Op. cit.*). Conforme demonstra Hobsbawm (2016; 2018a; 2018b), o século XIX foi marcado por expressivas rupturas no modo de produção capitalista, que coadunaram com a oscilação da ciência, dos modos de vida e das constituições dos estados-nação em torno ora da sensação de intenso progresso e bem-estar, ora na percepção de certo colapso social. A Economia Doméstica esteve dialeticamente relacionada com essas mudanças, alterando-se substancialmente.

A segunda diferença dessa tese está dada, portanto, no entendimento de que a Economia Doméstica é uma instituição pedagógica que emergiu historicamente segundo um sistema ideológico específico acerca do mundo doméstico. Historiadores como Hobsbawm (2018a; 2018b) e Perrot (2017; 2019) demonstram como as intensas mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX passaram a reestruturar o lugar social da mulher, sua posição nas relações familiares e a lógica impressa entre público-privado e, conseqüentemente, na dinâmica do mundo doméstico. Ao abordar a ideologia de um ponto de vista negativo, enquanto sistema de dominação de classe com correspondentes no mundo real, em Amaral Junior (2020) a compreensão da Economia Doméstica está posta enquanto perspectiva a partir do interesse emergente de se “pedagogizar” o doméstico. Essa Pedagogia do Doméstico seria, portanto, esse sistema ideológico particular que passa a vigorar a partir do século XIX sobre o doméstico, buscando formular uma série de pressupostos, estruturar um conjunto de conhecimentos e postular uma gama de leis sobre a educação para esse universo, alinhando-se com os interesses do capital e da burguesia (*Op. cit.*). Essa formulação passa a explicar, por exemplo, porque a Economia Doméstica assumiu formatos históricos tão diversos, na medida em que precisou atender aos mais variados anseios e demandas históricas. A educação auto conduzida pelas mulheres para o cotidiano doméstico de um EUA agrário

tensionado pela abolição no século XIX, a abordagem fortemente orientada às ciências agrárias da perspectiva plasmada na extensão rural a partir de 1862 e o higienismo-eugenista da sanitização dos lares no século XX são algumas das muitas faces que a Economia Doméstica, enquanto instituição pedagógica, assumiu.

Em consequência desses fatores, um terceiro elemento é trazido na interpretação do fenômeno segundo essa tese: o fim da Economia Doméstica enquanto instituição pedagógica, não significa necessariamente o fim do sistema ideológico que a originou. Assim, em Amaral Junior (2020) estão lançadas as possibilidades de uma nova leitura de alguns elementos presentes nas teses anteriores. Um deles explica a relativa sobrevida e extinção da área no Brasil enquanto curso de formação superior: A forte absorção inicial dos profissionais pela extensão rural logrou êxito em dar popularidade à Economia Doméstica, sobretudo nas universidades e instituições de educação com marcado caráter agrário/agrícola. Por outro lado, auxilia a entender também a sua extinção: Após o afastamento operacional ocorrido com a política de extensão rural a partir dos anos 1960, a área se retraiu em um processo complexo e contraditório que envolveu uma busca constante por políticas de privilégios no mercado de trabalho (AMARAL JUNIOR, 2016), a construção de uma memória da categoria profissional a-histórica, romantizada e anacrônica (AMARAL JUNIOR, 2017) e sua completa obsolescência e extinção (AMARAL JUNIOR, 2020). Em outras palavras, a proposta educativa de Economia Doméstica brasileira experimentou um processo de crise a partir dos anos 1970 similar ao vivenciado pela proposta estadunidense décadas antes.

Olhar para a gênese da Economia Doméstica nesses termos coloca também outras questões, por exemplo, a importância de entender como outras instituições pedagógicas – caso da extensão rural – se relacionam com determinada Pedagogia do Doméstico e de que forma se mantêm atuais ou caminham para uma obsolescência similar à experimentada pela proposta de Ciências Domésticas.

Os limites decorrentes dessa tese, no entanto, ainda se apresentam como questões que precisam aprofundamento e cuidado teórico-metodológico. O primeiro deles diz respeito a como localizar o debate de gênero dentro dessa leitura sem esvaziar a importância ideológica do “lugar social da mulher” para a proposta. A centralidade da Pedagogia do Doméstico pode, silenciosamente, secundarizar a categoria, extirpando da análise que a construção do “ser mulher”, embora não dê conta de explicar a Economia Doméstica como um todo, é parte fundamental de sua compreensão histórica. O segundo deles diz respeito a

como tratar os dados de ordem subjetiva – como os depoimentos coletados por Simão (2016) – sem sucumbir ao subjetivismo idealista, ou à equivocada “homogeneização dos sujeitos coletivos” tão fortemente direcionada a muitas abordagens de base materialista histórico-dialética.

Considerações Finais

Embora hoje pareça figurar um lugar de pouco destaque no senso comum, a Economia Doméstica representou uma parte extremamente importante tanto da educação estadunidense no século XX quanto do projeto educativo brasileiro. Apesar das primeiras experiências em Economia Doméstica no Brasil datarem desde 1909, foi somente após as expressivas reformas educacionais do ministro Gustavo Capanema nas décadas de 1930-1940 e a da posterior implantação da extensão rural no país, em 1948, que a proposta efetivamente se difundiu e popularizou.

A partir daí se apresentou como uma possibilidade profícua de inserção feminina em espaços sócio ocupacionais nas agências de extensão rural brasileiras, estimulando a abertura de inúmeros cursos de formação superior, técnicos e secundários. No entanto, esse apogeu, que durou pouco mais de uma década, acabou encontrando destino similar ao seguido pela precursora estadunidense. As mudanças ideológicas operadas na política de extensão rural ocasionaram um decréscimo cada vez mais expressivo da demanda das economistas domésticas, iniciando uma crise para a área incontornável. Assim, a Economia Doméstica pareceu “sumir” do debate educacional brasileiro, embora tenha prevalecido em instituições de renome país afora por mais algumas décadas – caso da Universidade de São Paulo (USP), que só extinguiu o curso em 1991, e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que foi a última a fazê-lo, em 2016.

Esse “desaparecimento” era, vez ou outra, interpelado por alguns escassos trabalhos sobre a área, que de maneira muito pontual acabaram contribuindo na construção de uma percepção histórica sobre a Economia Doméstica ora fragmentada, ora problemática. Nesse sentido, este trabalho buscou demonstrar as principais teses que se formulam a partir da construção histórica operada em cada um dos principais autores sobre o tema.

A primeira dessas teses, como reflexo direto das questões mais urgentes postas, foi construída no movimento de busca incessante de uma espécie de “acertos de contas” da Economia Doméstica com a categoria gênero em seu passado. Dessa tese, resultaram uma série de trabalhos posteriores – embora ainda em número reduzido – que buscaram demonstrar

como o projeto educativo da Economia Doméstica foi fortemente dependente de uma construção específica sobre “ser mulher” e sua conexão com o doméstico. Emergiram, também, as principais lacunas que, de forma ingênua ou ideologizada, direcionaram as análises em alguns casos para abordagens romantizadas, incompletas ou demasiadamente subjetivistas.

Por outro lado, parece ter emergido muito recentemente, em paralelo aos fenômenos que culminaram com a extinção dos cursos de Economia Doméstica no país, teses de caráter político-instrumental que, buscando uma análise mais crítica sobre a gênese da área, imputam seu surgimento a interesses políticos determinados. Esses trabalhos acrescentam outros elementos ao debate, como a importância salutar da extensão rural na popularização da Economia Doméstica e da dinâmica do sistema de ensino superior brasileiro em sua extinção. No entanto, herdeiras de algum determinismo e de certa lógica funcionalista, essa tese se perde em lacunas históricas sobre a gênese da Economia Doméstica.

Por último, apresentando uma terceira perspectiva de cunho histórico-crítica, acredita-se que se constrói uma nova via de explicação e compreensão do que foi e o que representou para a educação brasileira o projeto da Economia Doméstica. Partindo das inestimáveis contribuições das teses anteriores – e sem elas provavelmente não teria logrado nenhum êxito – entende-se que a Economia Doméstica é uma instituição pedagógica historicamente mutável que emergiu no século XIX segundo um sistema ideológico específico sobre o doméstico. Sua marca histórica sempre foi determinada Pedagogia do Doméstico, remodelada segundo as demandas de cada época, assumindo caráter bastante diverso segundo os contextos em que eram demandadas. Seu fim também só pode ser explicado voltando-se especificamente para esse sistema ideológico, e as maneiras pelas quais ele se objetivou e tomou forma no curso da história. Sendo uma construção mais recente e ainda em aberto, essa terceira via, apesar de apresentar-se como síntese, ainda precisa de um aprofundamento teórico-metodológico que dê conta de direcioná-la para uma construção histórica qualitativamente mais densa.

Referências

ALMEIDA, S. E. S.; FARIAS, I. A. Economia Doméstica: a estudante de 1940 do Atheneu Sergipense e o profissional do século XXI. **V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju-SE: [s.n.], 2008.

AMARAL JUNIOR, J. C. **A Pedagogia do Doméstico**: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2020.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Economia Doméstica**: adaptação, transformação ou extinção? 2. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

AMARAL JUNIOR, J. C. Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de Economia Doméstica no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, n. 52, 2013.

AMARAL JUNIOR, J. C. Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, memória e extinção. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 194, 2017.

AMARAL JUNIOR, J. C. Questões contemporâneas sobre o ensino de Economia Doméstica no Brasil: 61 anos depois. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 155, 2014.

AMARAL JUNIOR, J. C.; BARBOSA, F. B. **Mulheres, ensino superior e políticas públicas**: um panorama da (des)construção das desigualdades. 1. ed. São Paulo: PerSe, 2016.

BEECHER, C. E. **A treatise on Domestic Economy** – for the use of young ladies at home and school. New York: Harpers & Brothers, 1841.

FERREIRA, N. V. C. Magistério em Economia Rural Doméstica em Minas Gerais: Uberaba (1953-1962). **Suplemento EXedra**, 2013.

FERREIRA, N. V. C.; NETO, W. G. Organização inicial do ensino profissional feminino em Uberaba/MG: Economia Rural Doméstica (1953-1962). **Revista HISTEDBR**, n. 51, 2013.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções (1789-1848)**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBBSBAWN, E. **A era do capital (1848-1875)**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOBBSBAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, M. F. **O Sorriso da Paineira**: construção de gênero em uma Universidade Rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MAGALHÃES, C. S.; GUEDES, R. C. Perfil histórico do curso de Economia Doméstica implementado na década de 1960 na UFRural-RJ. **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica e I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica**. Fortaleza, Ceará: [s.n.], 2009.

OLIVEIRA, A. C. M. Economia Doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Vértices**, v. 8, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, I. B.; NETO, C. F. M. “Um ninho de cozinheiras?”: Henrique Castriciano de Souza e a “modernidade pedagógica” da escola doméstica de Natal. **Revista Humanidades**, v. 30, n. 2, p. 304–332, 2015.

PARLOA, M. **An ideal kitchen** – A guide for all who would be good housekeepers. 20. ed. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1887.

PARLOA, M. **Young housekeeper** – Designed specially to aid beginners. Boston, Massachusetts: Estes and Lauriat, 1894.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

RATTO, I. M. R. De boa mãe de família à consumidora esclarecida: os currículos dos cursos de Economia Doméstica. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, p. 155–160, 1994.

RIBEIRO, M. G. M. A constituição das ciências humanas numa Universidade Rural. **ALEPH**, v. 14, p. 52–60, 2010.

RICHARDS, E. H. **Euthenics** - the science of controllable environment. A plea for better living conditions as a first step toward higher human efficiency. 2. ed. Boston, Massachusetts: Witcomb & Barrows, 1912.

RICHARDS, E. H. **The cost of shelter**. [s.l.]: MIT - Massachusetts Institute of Technology, 1905.

SIMÃO, F. L. R. **Ser mulher, “uma missão”**: Escola Superior de Ciências Domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.